



2ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM – TJ/SP

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos bens descritos abaixo, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **SHOPPING IPIRANGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA (CNPJ/MF Nº 18.929.094/0001-43), VIRACONDO HOLDING E INVESTIMENTOS LTDA (CNPJ/MF Nº 31.295.321/0001-94), CINQ. PARTICIPACOES LTDA (CNPJ/MF Nº 13.653.089/0001-37), AUGUSTO PAPA NAPOLI (CPF/MF Nº 404.706.228-65) e FELIPE AUGUSTO NAPOLI (CPF/MF Nº 129.628.458-19), e seus cônjuges, se casados forem; do credor: EMERALD CAPITAL PARTNERS ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ/MF Nº 15.506.424/0001-08); bem como do terceiro interessado: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SÃO MATEUS (CNPJ/MF Nº 55.948.970/0001-05).**

O MM. Juiz de Direito Dr. Guilherme de Paula Nascente Nunes, da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos do Cumprimento de Sentença Arbitral, ajuizado por **COSMOPOLITANO SHOPPING EMPREENDIMENTOS S.A. (CNPJ/MF Nº 19.322.623/0001-09)** em face de **SHOPPING IPIRANGA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA (CNPJ/MF Nº 18.929.094/0001-43), FELIPE AUGUSTO NAPOLI (CPF/MF Nº 129.628.458-19), VIRACONDO HOLDING E INVESTIMENTOS LTDA (CNPJ/MF Nº 31.295.321/0001-94), CINQ. PARTICIPACOES LTDA (CNPJ/MF Nº 13.653.089/0001-37) e AUGUSTO PAPA NAPOLI (CPF/MF Nº 404.706.228-65)** (inclusão no polo passivo às fls. 420), nos autos do **Processo nº 1128274-29.2018.8.26.0100**, e foi designada a venda dos bens descritos abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BENS: **LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Avenida Cidade Jardim, nº 427 – Sala Comercial nº 74 do Edifício São Mateus - Itaim Bibi - São Paulo/SP – CEP: 01453-901 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Sala Comercial nº 74, situado no 7º andar do Edifício São Matheus, à Avenida Cidade Jardim, nº 427, no 28º subdistrito Jardim Paulista. Tendo 117,05m² de área total construída, correspondendo-lhe a fração ideal de 1,8824% no terreno e coisas comuns do condomínio.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	016.158.0078-6	
Matrícula Imobiliária nº	62.125	4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 14	06/04/2021	Penhora	Proc. nº 0028447-91.2020.8.26.0100	Emerald Capital Partners Assessoria Financeira Ltda.
Av. 15	14/08/2024	Penhora Exequenda	Proc. nº 1128274-29.2018.8.26.0100	Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 1.839.000,00 (Set/2024 – Avaliação às fls. 1113/1131 – Homologação às fls. 1431/1434).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 1.926.426,21 (Jul/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.





DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 84.339,93 (Jul/2025) – R\$ 79.510,23 referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 4.829,70 referente aos Débitos do ano vigente. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional e Decisão de fls. 1431/1434).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 1431/1434).

LOTE 02 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: Avenida Cidade Jardim, nº 427 – Sala Comercial nº 73 do Edifício São Mateus - Itaim Bibi - São Paulo/SP – CEP: 01453-901 -

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Sala Comercial nº 73, localizado no 7º andar do Edifício São Mateus, à Avenida Cidade Jardim, nº 427, no 28º subdistrito Jardim Paulista. Tendo 104,69m² de área total construída, correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 1,6836%. O terreno onde se assenta o referido edifício encerra 481,23m² de área total.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	016.158.0077-8	
Matrícula Imobiliária nº	141.200	4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 09	06/04/2021	Penhora	Proc. nº 0028447-91.2020.8.26.0100	Emerald Capital Partners Assessoria Financeira Ltda.
Av. 10	14/08/2024	Penhora Exequenda	Proc. nº 1128274-29.2018.8.26.0100	Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 1.645.000,00 (Set/2024 – Avaliação às fls. 1113/1131 – Homologação às fls. 1431/1434).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 1.723.203,43 (Jul/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 67.756,79 (Jul/2025) – R\$ 63.488,09 referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 4.268,70 referente aos Débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional e Decisão de fls. 1431/1434).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 1431/1434).

OBSERVAÇÕES PARA TODOS OS LOTES:

OBS.01: Os lotes poderão ser arrematados individualmente ou em conjunto.

OBS.02: A pessoa jurídica executada Shopping Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, apresentou Impugnação ao Cumprimento de Sentença, objetivando a suspensão da execução, sob o argumento de excesso de





execução em virtude da incorreção dos valores apresentados pela parte exequente (Fls. 126/132). A impugnação foi rejeitada (Decisão de fls. 208/209). Da r. Decisão foi interposto Agravo de Instrumento (nº 2102338-57.2019.8.26.0000), ao qual foi negado provimento. Trânsito em julgado em 30/07/2019.

OBS. 03: Foi instaurado Incidente de Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica (Processo nº 0049990-87.2019.8.26.0100) para inclusão da pessoa jurídica Cinq. Participacoes Ltda no polo passivo da execução, sob o argumento de que o executado Felipe Augusto Napoli é sócio oculto da referida pessoa jurídica. O Incidente foi julgado improcedente (Fls. 167/170). Da r. Decisão foi interposto Agravo de Instrumento (nº 2284492-09.2020.8.26.0000), ao qual foi dado provimento para incluir a pessoa jurídica Cinq. Participacoes Ltda e os sócios Augusto Papa Napoli e Viracondo Holding E Investimentos Ltda no polo passivo da execução. Trânsito em julgado em 12/05/2021.

OBS. 04: Nos autos do Incidente de Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica (Processo nº 0049990-87.2019.8.26.0100), o executado Felipe Augusto Napoli apresentou Impugnação, objetivando a exclusão da pessoa jurídica Cinq. Participacoes Ltda e os sócios Augusto Papa Napoli e Viracondo Holding e Investimentos Ltda do polo passivo da execução. A impugnação não foi apreciada, tendo em vista que o Incidente já havia sido julgado (Decisão de fls. 298). Da decisão não houve recurso.

OBS. 05: A pessoa jurídica Cinq. Participacoes Ltda e os sócios Augusto Papa Napoli e Viracondo Holding e Investimentos Ltda, apresentaram Impugnação ao Cumprimento de Sentença, objetivando a revogação das penhoras, sob o argumento de nulidade da inclusão dos executados no polo passivo da execução e dos atos processuais subsequentes às penhoras, bem como ausência de citação válida do Executado Augusto (Fls. 1022/1044). A impugnação foi rejeitada (Decisão de fls. 1414/1415 e Fls. 1431/1434). Na presente data os autos se encontram com prazo em aberto, para eventuais recursos.

OBS.06: Foi interposto Agravo de Instrumento nº 2010151-20.2025.8.26.0000 pelos executados Viracondo Participações Ltda. e Augusto Papa Napoli contra a r. Decisão de fls. 1431/1434, que determinou a alienação judicial de bens, sob o argumento de nulidade de citação e intimação da penhora, inclusão indevida no polo passivo sem preenchimento dos requisitos para desconsideração da personalidade jurídica e irregularidades nas penhoras, com risco de alienação de bens já penhorados em outros processos. Ao referido Agravo foi negado provimento, prosseguindo-se com o Leilão. Na presente data, os autos se encontram com prazo recursal aberto.

VALOR DE AVALIAÇÃO DE TODOS OS LOTES: R\$ 3.484.000,00 (Set/2024 – Avaliação às fls. 1113/1131 – Homologação às fls. 1431/1434).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO DE TODOS OS LOTES: R\$ 3.649.629,64 (Jul/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 4.846.407,79 (Jan/2025 – fls. 1477).





02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **29 de agosto de 2025, às 15 horas, e se encerrará no dia 01 de setembro de 2025, às 15 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 01 de setembro de 2025, às 15 horas, e se encerrará em 25 de setembro de 2025, às 15 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar. (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido





pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 1431/1434), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias





pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

São Paulo, 18 de julho de 2025

Eu, _____, escrevente, digitei.
Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. GUILHERME DE PAULA NASCENTE NUNES
JUIZ DE DIREITO

